

Tempo & Argumento

e-issn 2175-1803

Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet


Giliard da Silva Prado

Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB).
Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
Líder do grupo de pesquisa Laboratório de História Digital – LAHISD (DGP/CNPq).
Ituiutaba, MG - BRASIL
lattes.cnpq.br/6712801975195995
giliardprado@ufu.br

 orcid.org/0000-0002-6709-780X

Para citar este artigo:

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021.

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313342021e0201>

Recebido: 21/06/2021

Aprovado: 25/10/2021



Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir os impactos da era da internet no ofício do historiador, com ênfase na pesquisa histórica e nas formas de mediação e divulgação do conhecimento histórico na esfera pública das mídias digitais. A partir de uma análise de fontes bibliográficas, problematiza os desafios epistemológicos e metodológicos que a chamada revolução digital impôs aos profissionais da área de História. Defende a importância da história digital para a compreensão das experiências humanas na contemporaneidade e apresenta uma proposta de definição desse campo historiográfico com base no caráter digital de seus objetos de estudo. Aponta ainda a necessidade de readequações no método da crítica histórica, argumentando que novos diálogos interdisciplinares são fundamentais para a diversificação do repertório metodológico das pesquisas históricas frente aos desafios decorrentes da análise das fontes digitais. Em seguida, aborda as transformações provocadas pela cultura digital em relação às formas de mediação e de divulgação do conhecimento histórico para um público amplo, demonstrando que os atuais recursos da web trouxeram novas possibilidades e desafios aos praticantes de uma história pública digital. Finalmente, discute a função social do historiador em uma época marcada pelos complexos fenômenos das *fake news* e da pós-verdade, destacando a importância da atuação dos historiadores na esfera pública das mídias digitais para combater as tentativas de falseamento da realidade e o negacionismo histórico.

Palavras-chave: história digital; história pública digital; internet; fake news; pós-verdade.

For a digital history: the profession of historian in the Internet age

Abstract

The objective of this article is to discuss the impacts of the Internet age on the profession of historian with emphasis on historical research and forms of mediation, as well as diffusion of historical knowledge in the public extent of digital media. Based on bibliographic analysis of sources, it discusses the epistemological and methodological challenges that the so-called digital revolution imposed on professionals in the field of History. It endorses the importance of digital history for the understanding of contemporary human experiences and suggests a definition for this field based on the digital character of its objects of study. It also points out the need for readjustments in the method of historical criticism supporting that new interdisciplinary dialogues are essential for the diversification of the methodological repertoire of historical research in view of the challenges that arise from the analysis of digital sources. Afterwards, it addresses the transformations caused by digital culture in relation to forms of mediation and diffusion of historical knowledge to a wide audience, demonstrating that the current resources of the web have brought new possibilities and challenges to practitioners of a digital public history. Finally, it discusses the social function of the historian at a time marked by the complex phenomena of fake news and post-truth, highlighting the importance of the role of historians in the public extent of digital media to fight against attempts to fake reality and historical denial.

Keywords: digital history; digital public history; Internet; fake news; post-truth.

Introdução: as metamorfoses da era digital

Alguns fatos e processos históricos marcam determinados períodos de maneira tão significativa que passam a ser utilizados como elementos de identificação de uma época. Foi isso o que possibilitou que, em distintos períodos e lugares, perspicazes análises da realidade histórica apontassem, por exemplo, a existência da “era das revoluções”, da “era dos impérios”, da “era da comemoração” (HOBSBAWM, 2007 e 2009; NORA, 1997). Nesse sentido, igualmente perspicazes são as constatações que caracterizam o atual processo histórico – que compreende a última década do século XX e estas duas primeiras décadas do século XXI – como a “era da internet” ou a “era digital” (CASTELLS, 2017; ROSENZWEIG, 2011).

Há, no entanto, um aspecto que singulariza a era digital. Enquanto os fatos que designam as eras históricas anteriormente mencionadas ficaram restritos à história de algumas nações, notadamente das ocidentais, ou tiveram seus efeitos sentidos em temporalidades diferentes e com graus de intensidade muito variados conforme a região do planeta, os usos da internet e das tecnologias digitais que lhe estão associadas diluíram as fronteiras de espaço e ressignificaram a experiência do tempo, convertendo-se, apesar de existirem evidentes desigualdades nas condições de acesso a essas tecnologias, em um fenômeno de escala global.

A velocidade e o alcance das transformações relacionadas às tecnologias, ferramentas e plataformas acessíveis via internet fizeram com que, no decorrer das últimas três décadas, diversas práticas das sociedades contemporâneas se tornassem cada vez mais digitais. Nesse sentido, há numerosos exemplos da vida cotidiana que evidenciam que as mais variadas atividades e interações humanas – econômicas, sociais, políticas e culturais – têm ocorrido de forma digital. Conectados à internet, os indivíduos realizam compras e transações financeiras; leem notícias e livros on-line; consomem músicas, filmes, séries e outras produções culturais por meio de plataformas de *streaming*; estabelecem novas formas de se relacionar com outros indivíduos e novos padrões de sociabilidade em redes sociais digitais, que se constituíram também em novas esferas públicas (DAHLGREN, 2005) nas quais circulam propagandas, notícias e opiniões sobre a

política e outros temas de interesse dos cidadãos, cujos tipos de engajamento são independentes das informações veiculadas pelos convencionais meios de comunicação de massa. Pelo fato de essas práticas digitais serem marcadas pela progressiva diminuição da materialidade de objetos e dos usos de ambientes e suportes físicos, têm sido recorrentes as caracterizações desse processo – que não apenas está em curso, mas em plena expansão – como “revolução digital” ou “virada digital” (NOIRET, 2015).

Essa revolução digital não se limita, entretanto, à história enquanto processo vivido, pois afeta, conseqüentemente, a História como disciplina. Assim como ocorre com outras áreas disciplinares no âmbito das ciências humanas e sociais, a História se vê diante da necessidade de lidar com os impactos que as tecnologias, linguagens e mídias digitais causam na produção, no ensino e na divulgação do conhecimento histórico na contemporaneidade. Nessa perspectiva, defende-se aqui que os historiadores enfrentem os desafios epistemológicos e metodológicos que se impuseram na era da internet e, desse modo, explorem a potencialidade heurística das novas fontes, formulem novas problemáticas, adéquem metodologias de pesquisa e ampliem o campo do conhecimento histórico, praticando uma história digital. Mas, afinal, como definir o que seria uma história digital? Que características a distinguiriam, possibilitando evitar uma definição que, por ser demasiadamente abrangente, não seria capaz de apontar algumas especificidades frente a outros tipos de história?

A história digital: uma proposta de definição

Quer se trate mais amplamente do campo das humanidades digitais, quer se trate mais especificamente da história digital, é comum que as propostas de definição sejam precedidas ou sucedidas por longas e detalhadas genealogias que buscam não apenas apresentar a trajetória, mas, em muitos casos, determinar as origens mais remotas dos usos do computador e das formas rudimentares da informática nas pesquisas na área das ciências humanas, estabelecendo, por vezes, mitos fundacionais para a chamada revolução digital.

Não se pretende, nos limites deste artigo, apresentar uma pormenorizada genealogia dos usos do computador e das técnicas da informática na pesquisa

histórica, traçando um percurso que se estenderia desde os primeiros tratamentos mecanográficos de dados nos enormes computadores da década de 1950 até as mais recentes transformações tecnológicas que marcam a era digital neste século XXI. Apesar disso, convém assinalar alguns pontos de inflexão que dizem respeito não apenas à trajetória de desenvolvimento tecnológico, mas também aos usos sociais dessas tecnologias e a seus impactos na pesquisa científica. Nesse sentido, cabe destacar: a importância do progressivo aprimoramento dos sistemas operacionais e das técnicas de tratamento de dados para a história quantitativa das décadas de 1960 e 1970; o surgimento do computador pessoal em meados da década de 1970; a expansão da rede de computadores na década de 1980; a lenta e gradual ampliação da comercialização de microcomputadores e do uso de navegadores web como o *Internet Explorer* na década de 1990; e as transformações relativas ao dinamismo e à interatividade que caracterizam o acesso e a produção de conteúdo com a chamada Web 2.0 neste começo de século XXI (CERUZZI, 2003; HEIMBURGER e RUIZ, 2015).

A ampliação do número de usuários da internet em escala global e a aceleração das transformações relativas às tecnologias digitais são fenômenos que se intensificaram a partir do começo do século XXI, apesar de terem antecedentes históricos no século XX, notadamente a partir de meados da década de 1990. Em uma perspectiva semelhante, e em consonância com a correlação existente entre as transformações sociais e os seus impactos na produção do conhecimento científico, as reflexões acerca da história digital, embora se intensifiquem e sejam impulsionadas em países de diferentes continentes a partir dos primeiros anos do século XXI, também remontam à década de 90 do século XX, mais precisamente aos anos de 1997 e 1998 no contexto da fundação do *Virginia Center for Digital History* da Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos, instituição na qual os historiadores William G. Thomas e Edward Ayers trataram, em um seminário de pós-graduação, dos usos das fontes digitalizadas acerca da guerra civil americana (COHEN *et al.*, 2008 *apud* CARVALHO, 2014).

Ainda no cenário acadêmico dos Estados Unidos, país que se constituiu junto com a Itália e a Inglaterra em um dos principais centros impulsionadores da história digital, costuma-se assinalar a importância dos trabalhos desenvolvidos no *Center for History and New Media* vinculado à *George Mason University*, destacando-se as contribuições dadas pela publicação, em 2005, da obra *Digital History. a guide to gathering, preserving and presenting the past in the Web*, na qual os historiadores Daniel J. Cohen e Roy Rosenzweig abordam os desafios metodológicos e os impactos causados no ofício de historiador pelo uso de fontes disponíveis na web. Já no cenário acadêmico italiano, destaca-se a publicação, em 2004, da obra coletiva *La storiografia digitale*, organizada por Dario Ragazzini, que também é apontada como outro importante estudo acerca da pesquisa histórica na era digital (LUCCHESI, 2012).

Tanto nessas obras fundamentais quanto em estudos posteriores produzidos no âmbito de diversas instituições acadêmicas de outros países, a ênfase nas tentativas de definição ou, simplesmente, de caracterização desse campo de estudos tem recaído principalmente no caráter digital das fontes utilizadas pelo historiador. Desse modo, a história digital tem sido predominantemente caracterizada em razão das mudanças nos suportes de registro das experiências históricas, discutindo-se questões relacionadas à constituição de arquivos e repositórios, ao procedimento heurístico, aos métodos de análise e às formas de difusão do conhecimento histórico na era digital. Todas essas questões parecem definir muito mais os desafios que se impõem ao historiador digital do que propriamente o que seria a história digital, uma vez que priorizam o sujeito cognoscente em detrimento do objeto cognoscível. Em uma perspectiva distinta, o que se propõe aqui é que a história digital seja definida primordialmente em função do caráter digital daquilo que constitui por excelência o objeto de estudo da História, ou seja, as experiências humanas no tempo. Portanto, mais do que os suportes nos quais estão registradas, são as próprias experiências humanas digitais – sociais, políticas, culturais, econômicas, científicas etc. – que devem ser definidoras desse campo de estudos.

Ao se atribuir a primazia ao objeto de estudo para a definição da história digital, não se está excluindo a dimensão do sujeito do conhecimento, posto que

muitas práticas de pesquisa do historiador constituem-se em experiências digitais. O que a adoção dessa perspectiva significa é que a mera utilização de um documento em suporte digital não deve bastar para definir esse campo historiográfico, sendo necessário que o suporte digital do documento, para além de facilitar as condições de acesso, altere de maneira mais significativa, sobretudo quanto às implicações epistemológicas e metodológicas, a experiência de pesquisa que o historiador terá com essa fonte histórica comparativamente àquela que teria com o mesmo documento em outro tipo de suporte. Isso pode ser ilustrado a partir de um dos tipos de fonte mais comuns nas pesquisas históricas: as fontes hemerográficas. Há, por exemplo, uma diferença substancial entre pesquisar um jornal que foi digitalizado e um jornal que já nasceu digital. Em relação ao primeiro tipo de documento, os historiadores comumente recorrem aos mesmos métodos e técnicas de pesquisa que empregariam na análise do jornal impresso, o que faz com que, neste caso, a mudança ocorrida no tipo de suporte no qual as informações estão registradas não resulte em alterações metodológicas no trabalho do historiador. Por sua vez, o jornal nascido digital exige do historiador novos saberes e procedimentos metodológicos para que se possa realizar a crítica documental e produzir conhecimento a partir da interpretação de um tipo de fonte caracterizada pela hipertextualidade, pela interatividade e pela convergência de diversos tipos de mídias: textos, vídeos, fotografias, áudios etc.

A diferenciação apresentada entre documentos natos digitais e documentos digitalizados não significa a exclusão destes últimos do campo de interesses da história digital. Ao contrário, os impactos causados pelos processos de digitalização de variadas tipologias documentais na pesquisa histórica podem se constituir em privilegiados objetos de estudo de historiadores interessados em problematizar, entre outros aspectos, de que modos os metadados elaborados para os documentos digitalizados não apenas os descrevem e auxiliam em sua identificação e localização em repositórios digitais – bibliotecas, hemerotecas, fototecas etc. –, mas afetam os usos que os pesquisadores fazem desses documentos e, conseqüentemente, os modos como é possível conhecê-los.

A história digital, convém reiterar, não deve ser caracterizada pelo uso indiscriminado de quaisquer documentos em suporte digital, de modo que a simples mediação de uma tecnologia digital não é suficiente para definir esse campo de estudos. Nesse sentido, o historiador Serge Noiret distingue a “história digital” da “história por meios digitais”, pois entende que o uso frequente que os historiadores fazem do computador e de ferramentas digitais diversas no cotidiano da pesquisa histórica não os torna praticantes de uma “história digital” – a qual requer um uso problematizador das fontes digitais e demanda modificações quanto aos métodos de pesquisa – mas sim de uma “história por meios digitais” (NOIRET, 2015, p. 29 e 30). Em perspectiva semelhante, a historiadora Matilde Eiroa aponta para a diferenciação entre a “história nascida digital” – ligada às fontes digitais e ao uso das novas tecnologias na pesquisa – e a “história na era digital”, considerando que nesta última todos os historiadores estariam imersos, dado o fato de as tecnologias digitais estarem presentes nas mais elementares atividades do cotidiano acadêmico (EIROA, 2018, p. 85 e 104).

Nas últimas duas décadas houve, de fato, uma intensificação do uso das tecnologias digitais nas mais diferentes etapas da pesquisa histórica, desde o trabalho de levantamento das fontes até as distintas formas de divulgação do conhecimento histórico. A onipresença dos meios digitais pode ser apontada para os mais diversos procedimentos do ofício de historiador. O uso da internet tornou-se obrigatório, por exemplo, para que se tenha acesso a uma produção acadêmica atualizada por meio da consulta às bases de dados de revistas científicas – disponíveis exclusivamente on-line – e aos repositórios digitais nos quais podem ser consultadas monografias, dissertações e teses defendidas em universidades de vários países do mundo cujas bibliotecas já não mais arquivam versões impressas. Nos arquivos da web, além desse tipo de material bibliográfico nato digital – ao qual poderiam ser acrescentados livros, enciclopédias, dicionários etc. –, os historiadores têm realizado cada vez mais o trabalho de levantamento de fontes históricas digitais ou digitalizadas para as suas pesquisas, dentre as quais podem ser citadas, em uma enumeração não exaustiva, as fontes hemerográficas, cartográficas, iconográficas, orais e audiovisuais. A mediação das tecnologias digitais está presente também nas

etapas da análise dos dados e da produção da narrativa histórica, seja pelo uso de sofisticados *softwares* de análise estatística ou de análise textual, a depender dos procedimentos metodológicos de cada pesquisa, seja simplesmente pelo uso de um programa de processamento de texto. Computadores e smartphones com seus variados aplicativos também têm sido utilizados no ensino de história e em diversas formas de divulgação dos resultados da pesquisa histórica em eventos científicos e nos meios de comunicação, bem como para a integração de pesquisadores e instituições em redes sociais digitais.

A referida onipresença das tecnologias digitais nas tarefas constitutivas do ofício de historiador impõe como desafio comum a todos os que praticam a “história na era digital”, independentemente do período e do tema estudados ou das metodologias empregadas, o adequado manejo dos recursos da informática. Por sua vez, para os praticantes de uma “história digital”, ou seja, para aqueles que tomam como objeto de estudo o caráter digital das experiências humanas – incluindo-se aí as práticas relativas à pesquisa, ao ensino e à divulgação da história – impõem-se, adicionalmente, alguns desafios teórico-metodológicos relacionados aos modos como as tecnologias digitais têm impactado a produção e a difusão do conhecimento histórico.

Desafios teórico-metodológicos da história digital

Ao formularem problemáticas acerca das experiências humanas digitais, tornando-as objetos de estudo, os historiadores se voltam para a compreensão de fenômenos sociais extremamente relevantes na contemporaneidade, mas, ao mesmo tempo, veem-se diante dos desafios inerentes à necessidade de adequar as ferramentas de seu ofício a um território que se modifica de forma veloz e incessante e que ainda é relativamente pouco pesquisado na área de História: o ciberespaço. Nesse processo de transformações acarretadas pelo digital, qual seria a natureza das readequações nas metodologias da pesquisa histórica? Novos conhecimentos e técnicas de análise seriam necessários aos historiadores para o desenvolvimento de seu ofício? Essas transformações seriam de tal ordem que colocariam em xeque os fundamentos da disciplina e a legitimidade do conhecimento produzido a partir dela?

A ampliação das possibilidades que o digital representa para a pesquisa histórica levou a uma atualização da célebre metáfora empregada por Marc Bloch (2001, p. 54) na obra *Apologia da História*, na qual afirma que “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”. Conscientes de que os historiadores não devem prescindir da compreensão do caráter digital das experiências humanas na contemporaneidade, Valérie Schafer e Benjamin Thierry (2015) atualizaram pertinentemente essa metáfora, destacando a importância de que o ogro busque sua caça e se alimente do que encontra nos arquivos da web.

Não é, porém, uma tarefa simples a caçada a ser empreendida pelo ogro – para fazer alusão aos termos da referida metáfora –, uma vez que no ainda pouco conhecido território da web ele se vê diante de presas esquivas, dotadas de características desafiadoras. O uso das múltiplas formas de registros das experiências humanas disponíveis na web como fontes da pesquisa histórica requer lidar com fontes que se caracterizam por serem abundantes, voláteis, dinâmicas, efêmeras, fragmentadas, lacunares etc. Além disso, convém destacar que as dificuldades, algumas das quais já estão presentes quando se utilizam documentos de repositórios e arquivos digitais organizados segundo os princípios arquivísticos, são ainda mais acentuadas quando se leva em consideração que a web se constitui, ela própria, em uma gigantesca e complexa teia de conteúdos produzidos e armazenados por seus usuários. Desse modo, a era digital tem superado uma ideia de arquivo predominantemente associada a órgãos governamentais e a instituições da sociedade civil como entidades produtoras e gestoras de conjuntos documentais, instaurando-se um tempo marcado pela passagem de uma sociedade que arquivava a “*una sociedad que es toda ella un archivo digital*” (PONS, 2017, p. 293).

Apesar de imporem limitações quanto ao uso do método da crítica histórica de documentos, as características das fontes da web não representam uma ameaça aos fundamentos epistemológicos da disciplina histórica e à validade de seu método. Nesse sentido, convém destacar que essas limitações ao método histórico atribuídas às fontes da web não se constituem propriamente em um novo desafio epistemológico, uma vez que não são exclusivas desse tipo

de fonte. Para demonstrar este argumento, prescindindo de uma enumeração exaustiva das etapas constitutivas do método, é possível mencionar uma das mais emblemáticas operações da crítica documental: a crítica de autoria. A impossibilidade de determinação da autoria tem sido, por vezes, apontada como um fator que indicaria a inadequação do uso de alguns documentos digitais na pesquisa histórica. Há, no entanto, uma longa tradição de uso de diversos documentos em suporte físico – como é o caso de cartas, textos literários, panfletos políticos etc. – em relação aos quais não é possível estabelecer com exatidão a autoria em virtude do recurso ao anonimato, dos pseudônimos, ou simplesmente do péssimo estado de conservação em que se encontram as páginas do manuscrito ou do impresso no arquivo, mas que, nem por isso, deixam de ser fundamentais na busca de respostas para determinadas problemáticas de pesquisa. Além disso, a relevância e até mesmo a utilidade da crítica de autoria são questionáveis quando se faz uso de documentos contábeis que serão submetidos a um método quantitativo e analisados estatisticamente, bem como quando se trata de documentos cartoriais, como inventários e testamentos, e de registros paroquiais que informam sobre batismos, casamentos e óbitos (CARDOSO, 1981, p. 52).

Outros paralelos poderiam ser estabelecidos em relação a aspectos como a datação ou a origem de um documento, por exemplo, para demonstrar que alguns dos limites de aplicação do método para a análise de fontes digitais – notadamente daquelas que não possuem metadados – já estavam presentes em diversos tipos de fontes que antecedem o advento da internet.

Analogia semelhante pode ser feita entre os arquivos da web e os arquivos físicos. Quando um pesquisador ou qualquer usuário da internet se depara com a frustrante, mas não incomum, mensagem de erro “404 *not found*” ao tentar acessar um website fica evidenciado o caráter efêmero das fontes digitais, mas dessa volatilidade não se pode concluir, obviamente, que a perda de informações que interessariam à pesquisa histórica seja algo exclusivo do ambiente web. Também nos arquivos físicos – em alguns casos como reflexo do descaso dos poderes públicos e até de alguns usuários com o patrimônio cultural – os pesquisadores ficam muitas vezes impossibilitados de acessar ou recuperar

informações históricas relevantes em decorrência da completa deterioração ou do extravio de documentos. Contudo, para além desses vazios que repentinamente se estabelecem na documentação, é preciso considerar, conforme argumentam Valérie Schafer e Benjamin Thierry (2015), que as lacunas são inerentes à própria ideia de arquivo, uma vez que a constituição do acervo é orientada por escolhas sobre o que será salvaguardado e o que, contrariamente, estará sujeito a desaparecer.

O caráter abundante das fontes disponíveis na web também encontra inegáveis correspondências em gigantescos fundos dos arquivos físicos, não em relação ao volume e à velocidade com que são produzidos os documentos, mas no que diz respeito à incapacidade de uma análise exaustiva de determinados conjuntos documentais e à necessidade de o pesquisador realizar escolhas. Na contemporaneidade, o antigo problema da escassez de fontes – algo que costuma ser comum para aqueles que estudam períodos mais recuados no tempo – deu lugar ao problema da abundância (ROSENZWEIG, 2011). Convém ressaltar que o desafio do excesso de fontes possui estreita correlação com a difusão de informações pelos meios de comunicação de massa e é algo com que os historiadores do tempo presente vêm lidando desde a segunda metade do século XX, antes, portanto, da era da internet. A propósito dos meios de comunicação, a dificuldade enfrentada no ambiente web em relação à ausência de instituições responsáveis pela organização, preservação e, sobretudo, pela disponibilização para a consulta pública de alguns tipos de fontes – e, conseqüentemente, a necessidade de arquivamento pelo próprio pesquisador dos documentos que interessam à pesquisa – é uma condição que, em muitos casos, já era experienciada por estudiosos de temas relativos ao rádio, à TV e ao cinema.

Os argumentos e exemplos apresentados, seja em relação aos arquivos e fontes da web, seja em relação aos procedimentos do método histórico, evidenciam que os desafios teórico-metodológicos a serem enfrentados pelos praticantes de uma história digital não são totalmente novos e que as mudanças tecnológicas associadas à era da internet não parecem colocar em xeque os fundamentos da disciplina histórica e, conseqüentemente, a legitimidade do

conhecimento produzido a partir dela. Tais mudanças trazem consigo “*cambios epistemológicos, pero ciertamente no ontológicos*” para a prática da pesquisa histórica (GALLINI e NOIRET, 2011, p. 30). Isso não significa negar a existência de novos desafios diretamente relacionados ao digital nem à necessidade de revisão e modificação de determinadas práticas do ofício de historiador. Ao contrário, é imprescindível que sejam feitas readequações nas metodologias da pesquisa histórica.

A necessidade de adaptação e atualização dos métodos tem sido destacada por diversos autores (LACAVA, 2011; SCHAFER e THIERRY, 2015; PONS, 2017; EIROA, 2018), sem que se tenha incorrido na equivocada tentativa de prescrição de um método único a ser estabelecido. Trata-se de um processo de renovação que requer que sejam realizadas experimentações e percorridos itinerários metodológicos plurais, de modo a adequar os métodos e técnicas de análise aos objetivos de cada pesquisa histórica e às especificidades de seu corpus documental. Este último aspecto fica evidenciado quando se considera a historicidade do método e de suas sucessivas adaptações. Importante para conferir o estatuto de cientificidade à História no contexto de seu processo de institucionalização como disciplina acadêmica no século XIX, o método da crítica histórica – cujas bases remontam à crítica diplomática instituída no século XVII – (LE GOFF, 2003) foi desenvolvido para atender às necessidades analíticas de conjuntos documentais que eram constituídos predominantemente por documentos em suporte papel, manuscritos, de caráter oficial e emanados das atividades administrativas dos poderes políticos e religiosos. Com a revolução documental ocorrida no século XX, ficou patente a insuficiência de um método que, originalmente formulado para a análise de documentos escritos oficiais, passaria a ser aplicado a tipologias documentais diversas. As adaptações metodológicas realizadas para a análise, por exemplo, de fotografias, filmes e fontes orais atestariam que os fundamentos do clássico método da crítica histórica continuam sendo válidos, mas, ao mesmo tempo, que o exame dessas novas fontes exige “saberes específicos” (PROST, 2015, p. 64).

A validade das questões fundamentais e o caráter insuficiente e inatual do método crítico puderam ser constatados a cada vez que novos tipos de

documentos – iconográficos, orais, audiovisuais etc. – foram incorporados à pesquisa histórica. Essa constatação se repete agora com as fontes digitais que, de modo semelhante ao que ocorreu em renovações metodológicas anteriores, têm desafios específicos a serem enfrentados e demandam novos saberes e técnicas de análise resultantes de diversas contribuições interdisciplinares. Dentre os desafios mais diretamente ligados ao digital, podem ser mencionadas três características que, embora não tenham surgido na era da internet, foram inegavelmente potencializadas e adquiriram dinâmicas próprias no ambiente web: a hipertextualidade, a interatividade e a multimidialidade (EIROA, 2018). A arquitetura hipertextual das fontes, por exemplo, modifica as práticas de escrita e de leitura e estabelece novas formas de construção de sentidos ao romper com uma longa tradição de narrativas lineares tão comuns em outros tipos de fontes históricas, bem como com a rígida distinção dos papéis atribuídos às figuras do autor e do leitor. Além da interação entre os usuários da internet, sejam eles autores ou leitores, o hipertexto favorece a interatividade dos usuários com o ambiente web, possibilitando-lhes uma relação mais ativa com as informações e formas peculiares de navegar pelo conteúdo, uma vez que eles podem escolher quais links serão acessados e em que sequência isso será feito. Não se trata, evidentemente, de hiperlinks que promovem apenas a ligação entre textos, mas que conectam e remetem a páginas web nas quais convergem múltiplas mídias: textos, imagens, infográficos, áudios, vídeos etc. Essa multimidialidade é um excelente exemplo de que a análise das fontes digitais requer uma readequação metodológica própria. Para examinar a convergência de diversos formatos comunicacionais em uma fonte histórica não parece ser suficiente a simples somatória dos métodos já estabelecidos para a análise de cada tipo de mídia.

A atualização do método da crítica histórica requerida pelas fontes digitais indica a necessidade de os historiadores ampliarem o seu repertório de procedimentos metodológicos e de técnicas de análise. Para isso, convém reiterar, serão fundamentais os diálogos interdisciplinares – alguns já bastante usuais, outros relativamente novos e até mesmo incomuns – com áreas como: Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Linguística, Comunicação, Ciência da Computação etc. Os conhecimentos provenientes dessas áreas são

indispensáveis para a compreensão dos mais variados aspectos relativos às tecnologias, linguagens, ambientes e redes digitais. Dentre outras tantas questões, é fundamental que os historiadores entendam, por exemplo, a lógica algorítmica que preside os sistemas de recomendação de conteúdo em ambientes digitais como websites, redes sociais e plataformas de *streaming* e o que isso pode indicar em relação aos interesses econômicos e políticos subjacentes à vigilância e ao controle exercidos na internet. É importante também que compreendam, a propósito do exemplo mencionado, as estreitas correlações existentes entre algoritmos de recomendação, aprendizado de máquina e *big data*. A depender dos interesses de pesquisa, pode ser útil ainda ter noções básicas de linguagem de programação. No entanto, para além da terminologia e dos novos conhecimentos teóricos necessários ao letramento digital dos historiadores, esses diálogos interdisciplinares representam também uma importante contribuição quanto à variedade de técnicas de análise e de métodos, com ênfase para aqueles destinados ao tratamento quantitativo do grande volume de dados existentes na internet.

Do vasto campo de procedimentos metodológicos relacionados às análises realizadas por sistemas computacionais, o método da mineração de texto – que se fundamenta em um conjunto de técnicas que utilizam recursos de inteligência artificial e combinam análises linguísticas e estatísticas – pode ser apontado como um exemplo do entusiasmo com que alguns pesquisadores têm visto o potencial das tecnologias digitais para o enfrentamento de determinados desafios metodológicos, muitos dos quais não poderiam ser superados sem o recurso a essas tecnologias (FLOREZ, 2011).

A possibilidade de tratamento de grande volume de dados e a ampliação de procedimentos metodológicos proporcionada pelas ferramentas digitais não devem ser desprezadas pelos historiadores. Convém, entretanto, evitar que se incorra em uma espécie de fetichização dos dados em moldes semelhantes ao que ocorreu em meados do século XX com a história quantitativa. O processamento e, em alguns casos, a interpretação dos dados por sistemas computacionais não devem se sobrepor à análise crítica das fontes e ao ato interpretativo do historiador que, por sua vez, deve ir além de simplesmente

examinar os dados obtidos, buscando informações contextuais, seja da própria fonte histórica e das técnicas digitais que mediaram a sua produção (FICKERS, 2012; EIROA 2018), seja dos aspectos socioeconômicos e políticos relacionados às experiências históricas investigadas.

A diversificação do repertório metodológico é um importante ganho oriundo dos diálogos interdisciplinares e das contribuições que as ferramentas digitais podem representar para a pesquisa histórica, não havendo, no entanto, nenhuma nova metodologia ou técnica de análise que seja capaz, por si só, de solucionar todos os desafios decorrentes da análise das fontes digitais e, conseqüentemente, de dar conta da diversidade dos objetos de estudo da História. Nesse sentido, cabe reafirmar a primazia da problemática de pesquisa em relação à fonte (SCHAFER e THIERRY, 2015) e, extensivamente, aos seus métodos de análise. Convém ainda lembrar que não será preciso renunciar aos fundamentos da disciplina histórica, pois a compreensão de algoritmos de recomendação e a análise de *big data*, por exemplo, interessam aos historiadores na medida em que podem oferecer respostas para problemas de pesquisa relacionados ao caráter digital de seus múltiplos objetos de estudo.

História digital e história pública digital

Todas as atividades relativas ao ofício de historiador têm passado por significativas transformações nesta era da internet. As tecnologias e mídias digitais não impactaram apenas a pesquisa histórica, possibilitando a constituição do, ainda relativamente novo, campo da história digital, cujas investigações, convém reiterar, voltam-se para o caráter digital das experiências humanas no tempo, incluindo-se aí pesquisas sobre determinadas práticas de ensino de história. A cultura digital também impactou o já consolidado, embora dinâmico e em expansão, campo da história pública, dedicado às formas de mediação e de divulgação do conhecimento histórico para um público amplo. Mais do que simplesmente acrescentar um adjetivo, os recursos da web 2.0 – como foi denominada em 2004 a nova fase de uma web marcada pela interatividade, colaboração e produção de conteúdo pelos usuários (O'REILLY, 2007) –,

trouxeram novas possibilidades e desafios àqueles que passaram a praticar uma história pública digital.

Nas genealogias apresentadas acerca da história pública, embora haja referências a antecedentes na Inglaterra no final dos anos 1960, costuma-se situar o início do processo de institucionalização desse campo de estudos e de atuação em meados da década de 1970 nos Estados Unidos, em um contexto caracterizado por uma crise decorrente da ausência de empregos no mercado universitário e por uma tentativa de delinear alguns espaços para a atuação profissional dos historiadores para além das universidades e dos postos de trabalho relacionados ao ensino de história (ALMEIDA e ROVAI, 2011; DUMOULIN, 2017; SANTHIAGO, 2018). Apontava-se, desse modo, a possibilidade de os historiadores desempenharem diferentes atividades profissionais – pesquisa, curadoria, consultoria – em espaços como: museus, memoriais, arquivos, emissoras de rádio e TV, produtoras de filmes e documentários, órgãos governamentais, empresas privadas etc.

Transcorridas algumas décadas desde que foi impulsionada, a história pública conheceu um processo de internacionalização, mas não de homogeneização, abrigando tendências e características diversas, de acordo não apenas com o tipo de recepção realizada por cada historiografia nacional (SANTHIAGO, 2018), mas também com as configurações singulares – sociais, econômicas, culturais e políticas – da realidade histórica de cada lugar onde é praticada. Entretanto, foge aos limites e propósitos deste artigo apresentar o debate internacional acerca das diferentes concepções e práticas da história pública. O interesse aqui está em salientar que a cultura digital não apenas tem potencializado determinadas modificações que estavam em curso antes da era da internet, como também tem contribuído para conferir novas características ao campo da história pública, que ganha uma espécie de ramificação ou subcampo: a história pública digital.

Os diferentes âmbitos de atuação profissional contribuíram, por ocasião da formação do campo na década de 1970, para a construção de uma identidade específica para os praticantes da história pública, marcando uma diferença em relação aos historiadores acadêmicos. Contemporaneamente, embora seja

legítimo que os historiadores públicos reivindiquem uma identidade profissional específica em virtude de postos formais de emprego, é importante que seja superada a dicotomia entre historiadores acadêmicos e historiadores públicos, uma vez que a história pública, seja ela digital ou não, deve ser praticada também por historiadores acadêmicos, que não devem ter suas atuações voltadas unicamente para o público universitário. Nesse sentido, é oportuno assinalar, como faz o historiador Ricardo Santhiago (2018), que as práticas da história pública estão em consonância com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Portanto, da história pública, como prática, devem se ocupar indistintamente todos os historiadores.

Apontar a importância de os historiadores acadêmicos se dedicarem à dimensão pública da história não significa, porém, considerar que as práticas públicas da história correspondam apenas à perspectiva da divulgação do conhecimento produzido nas universidades para um público mais amplo. Essa perspectiva, que já era viabilizada em alguma medida pelos meios de comunicação de massa anteriores à internet, adquiriu novos contornos com as plataformas e redes sociais digitais que, entre outros aspectos, agilizaram a divulgação científica da produção acadêmica, ampliaram o público leitor das pesquisas históricas, incrementaram as formas de interação dos autores com os demais usuários da internet, favoreceram a formação de grupos de internautas em virtude de interesses em temas históricos comuns e facilitaram a constituição e o funcionamento de redes nacionais e internacionais de pesquisadores. Convém destacar ainda que, ao ampliarem os canais de divulgação e mediação do conhecimento, as mídias digitais possibilitaram um aumento significativo do número de profissionais da área de História que passaram a ter condições de alcançar públicos mais amplos, modificando um cenário no qual apenas poucos historiadores – em razão de critérios que muitas vezes não estavam relacionados somente à qualidade da atuação profissional e ao reconhecimento acadêmico – publicavam nas colunas de opinião dos grandes jornais e participavam de programas de entrevistas em emissoras de rádio e de televisão. Além disso, comparativamente a esses meios de comunicação que pautam a temática e editam o conteúdo, as plataformas e redes sociais

proporcionam aos praticantes de uma história pública digital mais autonomia em suas ações de divulgação e mediação do conhecimento histórico (RODRIGUES, 2019).

Contudo, as mudanças mais expressivas provocadas pelas plataformas e redes sociais digitais dizem respeito ao público, que já não é apenas receptor, mas produtor e disseminador de conteúdo. Nesse sentido, há uma profusão de informações sobre temas históricos e de relatos sobre o passado sendo difundidos pelos mais diversos usuários da internet: governos, instituições, empresas, comunidades e indivíduos. Com o uso dos recursos digitais para difundir suas memórias sobre o passado na web, cada indivíduo passou a ter condições de escrever tanto sobre sua própria história quanto sobre a história de sua família, de sua comunidade, de sua cidade ou região. Quanto a esse aspecto, Serge Noiret (2015, p. 38) argumenta que, apesar das evidentes “potencialidades ‘narcisísticas’ da web”, o conteúdo produzido e compartilhado pelo público na rede vai além dos relatos de experiências individuais, consistindo em uma resposta “às necessidades prementes da sociedade de proteger as identidades, a cultura e as memórias coletivas locais e promovê-las globalmente” (NOIRET, 2015, p. 42).

As demandas relativas à expressão das memórias coletivas, à afirmação identitária e, em alguns casos, à promoção e preservação do patrimônio histórico e cultural de uma comunidade são particularmente acentuadas nas localidades e entre os grupos sociais que não estão contemplados ou não se veem devidamente representados nas narrativas dos historiadores, o que indica a existência de lacunas a serem sanadas por uma produção historiográfica que ainda está concentrada nos principais eixos dos poderes políticos e econômicos em âmbito nacional e, de forma geral, nas grandes cidades, que são os espaços onde estão predominantemente presentes os historiadores de ofício e constituídos os arquivos públicos. Para além disso, evidencia as significativas contribuições que essas comunidades, por meio das plataformas e redes sociais digitais, têm dado sobretudo em relação às histórias locais – ainda que a relevância histórica transcenda, é claro, o estritamente local –, não apenas quanto à publicização de suas memórias individuais e coletivas e de seus

testemunhos sobre acontecimentos históricos, mas também em relação à disponibilização na web de uma grande quantidade e variedade de documentos – fotografias, vídeos, relatos orais, cartas, diários etc. – de inegável valor heurístico para a pesquisa histórica. Essas contribuições são comumente viabilizadas por meio de ações e projetos coletivos que recorrem ao *crowdsourcing* – trabalho colaborativo no qual vários integrantes de uma dada comunidade agregam seus conhecimentos –, mas que nem sempre contam com a mediação de historiadores.

A ausência da figura do historiador em muitos desses projetos coletivos que envolvem comunidades de usuários de plataformas e redes sociais digitais pode ser explicada, dentre outras razões, pelo simples fato de que a sua participação não é requerida, uma vez que o grande público preferir conhecer o passado sem a mediação de historiadores profissionais. Pesquisas realizadas em diferentes países confirmaram essa predileção do público por um “encontro ‘direto’ com a história”, por um contato sem intermediários com os vestígios do passado, como o que é possibilitado pelos museus e por outras instituições culturais (NOIRET, 2015, p. 37). Com os atuais recursos da web, os usuários podem, por meio de iniciativas individuais ou de colaborações coletivas, ter um contato direto com narrativas e documentos históricos on-line, bem como produzir e difundir para amplas audiências seus próprios relatos sobre o passado. Tudo isso sem precisar recorrer ao auxílio de um profissional de História. Diante desse cenário, é fundamental, entretanto, que os historiadores tenham participação ativa nas mídias digitais (NOIRET, 2015; CARVALHO, 2016; EIROA, 2018). Não se trata, obviamente, de uma pretensão de exclusividade, há muito tempo perdida, e sequer de hegemonia na produção de narrativas acerca dos fatos históricos, mas da importância de os historiadores atuarem como mediadores dos discursos sobre o passado produzidos pelo grande público. Serge Noiret (2015, p. 36) defende que os “depositários do método histórico crítico e das formas da consciência histórica” não podem simplesmente ficar alheios à disseminação de determinados tipos de conteúdo na internet, pois entende que

Construir uma história pública digital que seja capaz de fazer frente e de mediar de modo crítico a manifestação incessante das memórias privadas – e das memórias coletivas embalsamadas – é certamente um papel profissional destinado ao trabalho do ‘*public historian*’. (NOIRET, 2015, p. 40)

O rigor metodológico e a perspectiva crítica na análise das representações do passado também são destacados por Matilde Eiroa (2018) para indicar a necessidade do trabalho interpretativo dos historiadores de ofício diante dos variados usos políticos do passado na rede. Nesse sentido, convém salientar o caráter ambivalente das tecnologias e recursos digitais. Seria um equívoco considerar apenas a existência de aspectos positivos no ambiente web, concebendo-o entusiasticamente como um espaço multicultural, de democratização da comunicação em escala global, de expressão de histórias subalternas e de memórias silenciadas (FLÓREZ, 2011). Trata-se de um lugar no qual tanto se pode combater quanto promover, por exemplo, o autoritarismo, as diversas formas de discriminação, a negação da ciência e da verdade histórica. Por isso, são variados e numerosos os combates a serem travados pelos praticantes de uma história pública digital.

A função social do historiador em tempos de *fake news* e pós-verdade

Ficou para trás o tempo em que os historiadores de ofício se inquietavam apenas com as generalizações, simplificações e distorções dos fatos históricos em produções culturais como telenovelas e filmes que, na maioria das vezes, veiculam visões estereotipadas da realidade histórica e apostam em uma veia “melodramática” (GRUZINSKI, 2018, p. 37) como forma de entreter o público e ampliar a audiência, ou ainda em alguns livros publicados por profissionais de outras áreas de conhecimento que, em perspectiva semelhante, estão voltados fundamentalmente para o sucesso comercial da obra e recorrem, por exemplo, a títulos sensacionalistas e à ridicularização de sujeitos históricos como estratégias para atrair e divertir os leitores. Contemporaneamente, com os recursos que a web proporciona a seus usuários, os historiadores se veem diante não apenas de um aumento exponencial do número de indivíduos e grupos que difundem para amplas audiências suas opiniões e discursos sobre a história –

seja de um passado longínquo, seja do tempo presente –, como também dos desafiadores e imbricados fenômenos das *fake news* e da pós-verdade.

As afirmações feitas com o intuito de falsear a realidade têm uma trajetória que se confunde com a própria história da humanidade. As notícias falsas não são, portanto, um fenômeno histórico recente. De igual modo, também não é recente o interesse dos historiadores em compreendê-las. Em um célebre texto, escrito no longínquo ano de 1921, Marc Bloch já refletia acerca das notícias falsas da Primeira Guerra Mundial, questionando como elas surgiam, no que se fundamentavam e de que modos eram propagadas e ganhavam amplitude nas diferentes situações nas quais eram comunicadas. Além disso, argumentava que a propagação de notícias falsas tem como condição fundamental “encontrar na sociedade em que se difunde um caldo de cultura favorável. Nele, inconscientemente, as pessoas exprimem os seus preconceitos, os seus ódios, os seus medos, todas as suas emoções fortes” (BLOCH, 1998, p. 180).

Essas questões permanecem bastante atuais e relevantes para pensar as novas formas de comunicação proporcionadas pelas redes sociais digitais, que redimensionaram a velocidade de propagação e o alcance das notícias falsas nesta era da internet. Sobretudo nos últimos anos, as notícias falsas – ou as *fake news*, como tem sido mais frequentemente denominado esse fenômeno da cultura digital mesmo fora dos países de língua inglesa – conheceram uma disseminação sem precedentes no contexto de importantes acontecimentos políticos, como o referendo do Brexit que aprovou, em junho de 2016, a saída do Reino Unido da União Europeia; e as eleições presidenciais dos Estados Unidos, realizadas em novembro do mesmo ano, que resultaram na vitória de Donald Trump. Produzidas em grande quantidade por ocasião das campanhas relativas aos dois eventos mencionados, as *fake news* ganharam notoriedade no debate público, suscitando a discussão, entre outros aspectos, sobre o seu potencial para influenciar os indivíduos em seus processos de tomada de decisão.

Também ganhou notoriedade pública uma condição que se constituiu como um terreno fértil para a produção e a propagação das *fake news*, isto é, a perspectiva da pós-verdade, da qual a sociedade contemporânea parece cada vez mais adepta. Tanto é assim que, em 2016, “pós-verdade” foi escolhida a

palavra do ano pelo Dicionário Oxford. O critério de escolha baseia-se no fato de uma palavra ter sido usada com mais frequência e despertado interesse por ter sido capaz de refletir o *ethos* ou as preocupações daquele ano. O aumento na frequência com que a palavra pós-verdade passou a ser usada em 2016 esteve relacionado justamente aos momentos decisivos do referendo do Brexit e da campanha eleitoral para a presidência dos Estados Unidos. Não sem motivos, a palavra pós-verdade foi predominantemente empregada como um adjetivo associado ao substantivo “política”. Embora não tenha sido criada em 2016, a palavra escolhida naquele ano refletiu bem um *ethos* que não pode ser circunscrito apenas aos dois referidos processos políticos, uma vez que os transcende, marcando uma época e evidenciando um conjunto de valores que conformam a cultura digital e que são expressos notadamente nas redes sociais. De acordo com a publicação, o termo pós-verdade é definido como “relacionado a ou denotando circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (OXFORD, 2016, tradução livre). É possível compreender mais facilmente o conceito de pós-verdade quando se leva em consideração que o prefixo *pós* não é empregado nessa palavra com o seu sentido objetivo de indicar sucessão temporal, ou seja, não se trata de expressar algo que viria depois da verdade, mas sim de evidenciar um tempo no qual a verdade dos fatos se tornou irrelevante (OXFORD, 2016).

A ênfase dada aos sentimentos e opiniões dos indivíduos, a perda de importância da verdade factual e a crescente difusão de *fake news* têm sido favorecidas por algumas dinâmicas de produção, circulação e consumo de informações na internet. Uma dessas dinâmicas é a personalização de conteúdo. Para isso, os algoritmos de inteligência artificial coletam dados pessoais – a partir das buscas realizadas pelos usuários e de seus cliques, *likes*, compartilhamentos etc. – com a finalidade de analisar a navegação de cada indivíduo e traçar o seu perfil. Em seguida, com base na previsão algorítmica, são estabelecidos filtros de personalização de conteúdo que são um dos principais responsáveis pela maximização dos lucros com publicidade on-line pelas grandes empresas de tecnologia, uma vez que os anunciantes conseguem oferecer e vender produtos

e serviços direcionados especificamente às necessidades e aos desejos de cada usuário. As recomendações personalizadas de conteúdo – que têm papel fundamental no sucesso econômico de gigantes como Google e Facebook, para citar apenas os dois exemplos mais expressivos – estão presentes por toda a internet: em mecanismos de busca, sites, plataformas de compartilhamento de vídeo e redes sociais (PARISER, 2012).

Para além da clássica oferta de produtos e serviços, mas igualmente orientada pela lógica de aumentar os ganhos financeiros com publicidade, a personalização tem impactado também os fluxos de informações na internet, pois os *feeds* de notícias das redes sociais não são os únicos que oferecem conteúdo personalizado. Isso já é feito também por sites de notícias, muitos dos quais têm orientado a produção e circulação de conteúdo jornalístico menos em função da qualidade das matérias do que de sua capacidade de incrementar as métricas de audiência (PARISER, 2012). É comum que sites de notícias adotem a prática de ranquear as matérias mais lidas, valendo-se de arranjos gráficos – reposicionamento na página, aumento do tamanho da fonte do título da matéria etc. – para impulsionar as notícias mais populares, ao passo que excluem aquelas que atraem poucos cliques. Nos casos em que a produção de conteúdo está orientada por uma estratégia caça-cliques, os títulos das matérias já não são elaborados com a preocupação de oferecer uma síntese adequada do que nelas é tratado, recorrendo-se, em vez disso, a expedientes como dubiedades, imprecisões e sensacionalismo para despertar a curiosidade dos usuários e aumentar o tráfego on-line. Fica claro que o problema não está nas tentativas de ampliar a audiência em um modelo de negócio que depende da receita de publicidade, mas no fato de que, muitas vezes, notícias têm sido produzidas e disseminadas visando unicamente ao lucro e sem qualquer preocupação ética com a verdade. Há, portanto, mídias nas quais os “interesses do público”, entendidos no sentido do que a audiência acha interessante e demonstra querer saber, têm prevalecido sobre o “interesse público”, ou seja, sobre aquilo que é importante que a sociedade saiba, “independente do que a audiência anseia objetivamente” (CHRISTOFOLETTI e TRICHES, 2014, p. 488).

Contudo, seria um equívoco tratar das mídias digitais como se elas fossem homogêneas. As diferenças quanto aos graus de profissionalismo e de compromisso com a verdade manifestam-se de forma evidente não apenas entre as diversas categorias – jornais on-line, portais de notícias, revistas, blogs, canais no YouTube, redes sociais etc. –, mas sobretudo no interior de cada uma delas, havendo desde as mídias que se limitam a impulsionar o conteúdo à medida que as notícias vão se revelando mais populares, passando por aquelas que produzem notícias sensacionalistas e marcadamente tendenciosas como estratégia para gerar o engajamento dos usuários, até aquelas que produzem e disseminam intencionalmente notícias falsas visando à lucratividade e, em alguns casos, à obtenção de ganhos políticos mediante a capacidade de persuadir e engajar o público.

Em relação ao consumo das informações, os filtros de personalização de conteúdo fazem com que cada usuário da internet receba recomendações exclusivas dos produtos e assuntos dos quais gosta ou pelos quais se interessa, bem como de pessoas e perspectivas político-ideológicas com as quais se identifica. Uma consequência negativa dessa oferta personalizada de conteúdo, segundo Eli Pariser, está na tendência de que os indivíduos cada vez mais se fechem em suas bolhas, tendo contato somente com o que converge com os seus interesses e corrobora seus pontos de vista, uma vez que

A bolha dos filtros tende a amplificar drasticamente o viés da confirmação – de certa forma, é para isso que ela serve. O consumo de informações que se ajustam às nossas ideias sobre o mundo é fácil e prazeroso; o consumo de informações que nos desafiam a pensar de novas maneiras ou a questionar nossos conceitos é frustrante e difícil. É por isso que os defensores de uma determinada linha política tendem a não consumir a mídia produzida por outras linhas. Assim, um ambiente de informação baseado em indicadores de cliques favorecerá o conteúdo que corrobora nossas noções existentes sobre o mundo, em detrimento de informações que as questionam. (PARISER, 2012, p. 42)

É evidente que, apesar de personalizarem a experiência on-line de cada usuário, os algoritmos de recomendação de conteúdo não produzem seus efeitos apenas no âmbito individual. Ao isolar os indivíduos em bolhas que restringem de maneira significativa o contato com a alteridade e dificultam que ideias

divergentes sejam debatidas e visões de mundo possam ser modificadas, a personalização produz efeitos sociais mais amplos, que se refletem na existência de “uma esfera pública dividida e manipulada por algoritmos, estruturalmente fragmentada e hostil ao diálogo” (PARISER, 2012, p. 76).

Manifestando-se de forma bastante acentuada nas redes sociais digitais, as bolhas são ambientes fecundos para as *fake news*, ainda que seja equivocado estabelecer uma relação de causalidade entre elas, uma vez que a produção de *fake news* independe da existência das bolhas. Estas, no entanto, aliadas à perspectiva da pós-verdade, favorecem que, no seu interior, as *fake news* sejam rapidamente disseminadas e ganhem amplitude. A própria dinâmica de formação das bolhas nas redes sociais – onde se formam grupos em função de laços familiares, relações de amizade ou simplesmente de interesses e opiniões comuns – contribui para a circulação de informações falsas, visto que não se costuma colocar sob suspeição os interesses de quem as enviou e, conseqüentemente, a veracidade do conteúdo. O consumo e o compartilhamento irrefletidos de informações falsas por indivíduos que efetivamente são por elas enganados e induzidos ao erro, sendo levados a tomar decisões com base em conteúdo que supunham ser verdadeiro, representam, porém, apenas uma parte do problema.

Há outros aspectos do problema que devem ser levados em consideração, como os casos em que os indivíduos acreditam nas *fake news*, mas estas não interferem em suas decisões, pois apenas confirmam convenientemente suas crenças, preconceitos e sentimentos. Nesse sentido, Marc Bloch argumentava que, para ser amplamente difundida em uma sociedade, uma notícia falsa precisa estar apoiada em representações coletivas preexistentes ao seu surgimento, afirmando de modo categórico que “a falsa notícia é o espelho onde a ‘consciência coletiva’ contempla o seu próprio rosto” (BLOCH, 1998, p. 191). Outra variável que deve ser considerada diz respeito às situações nas quais é irrelevante para os indivíduos se as informações que recebem e disseminam são falsas ou verdadeiras, não importando a deturpação proposital e até a invenção de fatos, desde que estes possam ser utilizados para legitimar as suas opiniões e crenças em face de uma realidade que as contraria.

Em um contexto marcado pelos complexos fenômenos das *fake news* e da pós-verdade, é função social do historiador atuar na esfera pública das mídias digitais para combater as tentativas de falseamento da realidade e o negacionismo histórico. Essa atuação deve ser orientada no sentido de contribuir para a compreensão dos referidos fenômenos e para o desenvolvimento de uma consciência histórica pela sociedade, bem como de demonstrar que fatos e opiniões não são equivalentes. Este último aspecto, aliás, evidencia que a era da internet apenas potencializou algumas dinâmicas que já estavam presentes na esfera pública antes mesmo das mídias digitais, como pode ser constatado em um texto clássico, publicado no ano de 1967, no qual Hannah Arendt já assinalava a irrelevância atribuída à verdade e apontava para os efeitos insidiosos da mentira na esfera pública, notadamente em relação à política, manifestando-se contra “a tendência a transformar o fato em opinião, a borrar a linha divisória que os separa” por entender que a verdade factual é uma “questão de registro histórico” e não uma “questão de opinião” (ARENDR, 2016, p. 173). O seu entendimento de que os fatos históricos não podem ser negados ou reduzidos a uma questão de ponto de vista, uma vez que a existência da verdade factual independe “de acordo, disputa, opinião ou consentimento” (ARENDR, 2016, p. 175), é ilustrado a partir da alusão a um diálogo do estadista francês Georges Clemenceau:

[...] durante a década de 20, conforme conta a história, Clemenceau, pouco antes de sua morte, travava uma conversa amigável com um representante da República de Weimar sobre a questão da culpa pela eclosão da Primeira Guerra Mundial. ‘– O que, em sua opinião – perguntou este a Clemenceau – pensarão os historiadores futuros desse tema espinhoso e controverso?’ Ele replicou: ‘– Isso não sei. Mas tenho certeza de que eles não dirão que a Bélgica invadiu a Alemanha’. (ARENDR, 2016, p. 174-175)

O princípio da irredutibilidade dos fatos à condição de meras opiniões também pode ser sintetizado em uma famosa frase, comumente atribuída ao cientista político e ex-senador estadunidense Daniel Patrick Moynihan, que preconizava que “todo mundo tem o direito de ter suas próprias opiniões, mas não seus próprios fatos” (KAKUTANI, 2018, p. 16). Assim como as reflexões de Hannah Arendt, essa frase, embora anterior à recente “era da pós-verdade”, é bastante atual para pensar uma época em que tem sido comum o uso de

expressões como “declínio da verdade”, “*fake news*” e “fatos alternativos” (KAKUTANI, 2018, p. 11), o que evidencia que as práticas designadas por tais expressões têm sido cada vez mais recorrentes na esfera pública.

É, portanto, bastante complexa a tarefa a ser desempenhada pelos praticantes de uma história pública digital. Afinal, qual seria a efetividade da atuação dos historiadores no combate às *fake news* e ao negacionismo histórico na esfera pública das mídias digitais? Como esperar que um argumento racional reverbere e possa contribuir para a formação de uma consciência histórica em ambientes como os das redes sociais, nos quais as pessoas são movidas por suas emoções, revelam-se pouco propensas ao debate de ideias e comumente buscam fazer com que prevaleçam ou sejam confirmadas as suas crenças e preconceitos? Qual é a importância de apresentar as evidências históricas àqueles usuários da internet para os quais as suas opiniões pessoais estão acima dos fatos e a verdade se tornou algo irrelevante? É possível modificar esse cenário no qual não apenas os fatos históricos, mas, de forma mais ampla, a ciência vem sendo negada e os profissionais das mais diversas áreas do conhecimento científico têm sido estrategicamente atacados e desacreditados?

Várias outras questões desse tipo poderiam ser formuladas, não obtendo, porém, respostas simples nem soluções rápidas para os problemas que elas evidenciam. Apesar disso, é possível indicar que, em sua necessária e urgente defesa da verdade contra as tentativas de falseamento da realidade histórica, os historiadores devem fazer algumas renúncias. Uma delas diz respeito ao êxito de sua tarefa em termos quantitativos, pois, embora possam alcançar uma audiência ampla na internet, é provável que, em uma sociedade cada vez mais adepta da pós-verdade, sejam poucos os indivíduos para os quais o conhecimento histórico terá efeitos transformadores. É necessário também que, em muitas situações, os historiadores renunciem a uma hierarquia de papéis em relação a outros usuários da internet, visto que nem sempre atuarão como mediadores do conhecimento histórico, sendo, em vez disso, apenas interlocutores na produção de relatos sobre as experiências humanas no tempo. Renunciar ao princípio da autoridade profissional – que, na maior parte dos casos, já não é reconhecido – não significa, porém, transigir em relação a outro tipo de

hierarquia: a do conhecimento histórico fundamentado em um método crítico frente a outros tipos de narrativas sobre o passado. Sem abdicar de seu compromisso ético com a verdade, os profissionais da área de História devem abandonar alguns jargões acadêmicos e adaptar sua linguagem ao formato das mídias digitais.

É importante ainda que os historiadores não alimentem a ilusão de que serão capazes de pôr fim ao fenômeno das *fake news*. As mentiras, as notícias falsas e a desvalorização da verdade não surgiram nesta era da internet e não será nela que desaparecerão, embora possam ser redimensionadas. Além disso, seria ingênuo pressupor que historiadores, jornalistas e profissionais de quaisquer outras áreas de conhecimento conseguirão, sozinhos ou em conjunto, neutralizar os efeitos nocivos da indústria das *fake news* apenas confrontando com a verdade as mentiras espalhadas tanto por indivíduos quanto por um exército de robôs por meio de milhares de perfis falsos nas redes sociais. Com esse argumento não se pretende, obviamente, diminuir a importância do trabalho de verificação dos fatos, uma vez que entre os consumidores e propagadores de *fake news* não há apenas os indivíduos para os quais a verdade é irrelevante e o conteúdo falso revela-se conveniente, havendo também aqueles que são enganados por não terem elementos para discernir entre o verdadeiro e o falso.

As tentativas de amenizar as consequências negativas do fenômeno das *fake news* na esfera pública envolvem um conjunto de ações que passam pelo estabelecimento de formatos regulatórios da internet e pelo letramento digital dos cidadãos, ou seja, por uma apropriação crítica das tecnologias e mídias digitais. Embora, na maioria dos casos, ainda estejam realizando o seu próprio letramento digital, os historiadores têm um papel importante não apenas em relação ao estabelecimento da verdade acerca de fatos históricos do passado, mas também no sentido de contribuir para a compreensão dos interesses que estão em jogo nos usos públicos do passado em cada tempo presente, de modo a articular diferentes temporalidades e favorecer uma compreensão mais ampla do contexto histórico a partir do qual os fenômenos sociais podem ser explicados. Nesse sentido, as *fake news* não consistem em um fenômeno cultural desvinculado de interesses econômicos, pois, conforme destaca Evgeny

Morozov (2018, p. 186), elas são um “subproduto do capitalismo digital”, devendo ser pensadas a partir das condições históricas que explicam a emergência de um modelo de negócios que resultou em uma concentração de poder econômico e político por agentes privados, como pode ser constatado na crescente dependência que governos e instituições públicas possuem em relação às grandes empresas de tecnologia para o enfrentamento dos problemas políticos decorrentes da disseminação das *fake news*.

É fundamental, portanto, a atuação dos historiadores na esfera pública das mídias digitais, independentemente dos resultados a serem alcançados no combate aos fenômenos das *fake news*, da pós-verdade e do negacionismo histórico. Favorecendo a compreensão de tais fenômenos, os historiadores cumprirão sua função social e colocarão em evidência o fato de que o conhecimento histórico pode contribuir para que a sociedade contemporânea não tenha no falseamento da realidade e na indiferença em relação à verdade alguns de seus traços mais característicos.

Considerações finais

Este artigo adquiriu o caráter de um manifesto em defesa da história digital, não necessariamente no sentido de sua formalização como campo disciplinar e inserção nos currículos de cursos de graduação e pós-graduação em História, ainda que esta possa vir a ser uma tendência e que, para justificar a adoção dessa perspectiva, seja possível argumentar acerca de sua importância como uma das ações necessárias para promover o letramento digital dos historiadores. O que se buscou foi defender que as reflexões sobre os usos e os impactos das tecnologias digitais na sociedade contemporânea são imprescindíveis nas diversas práticas constitutivas do ofício de historiador: na pesquisa, no ensino e nas formas de divulgação e mediação do conhecimento histórico.

Com base nesse entendimento, salientou-se que, mais do que simplesmente fazer uma história por meios digitais, algo que em alguma medida se tornou inevitável na contemporaneidade, é preciso que se pratique uma história digital, ou seja, que se problematize e se reflita sobre os distintos

aspectos que envolvem os usos sociais das tecnologias digitais. Defendeu-se assim a formulação de problemas de pesquisa e a delimitação de objetos de estudo – incluindo-se aí tanto os de natureza teórica quanto os empíricos – em função do caráter digital de diversas experiências humanas no tempo presente, propondo-se, inclusive, que esse fosse o critério empregado para que se tivesse uma definição menos abrangente e imprecisa da história digital.

Ao apresentar uma proposta de definição da história digital com contornos um pouco menos imprecisos, foi possível apontar algumas de suas especificidades em relação a outros tipos de história, sem que houvesse nisso um princípio de hierarquização, razão pela qual se evitou ao longo deste artigo atribuir ao termo “digital” qualquer sentido de sofisticação ou superioridade. De igual modo, não se empregou o adjetivo “tradicional” – ao qual comumente se recorre com uma conotação pejorativa – para se fazer referência a uma prática historiográfica a ser contraposta e superada, até mesmo porque não se entende aqui que haja um modelo de historiografia a ser substituído ou superado como se de agora em diante toda história tivesse que ser uma história digital. Nesse sentido, convém assinalar que, em uma escala temporal de milênios, as experiências humanas digitais ocorrem apenas há algumas décadas e que, mesmo no tempo presente, existem vários fatos e processos históricos que não seriam objetos de estudo de uma história digital.

Em linhas gerais, buscou-se evidenciar que a história digital é um campo de estudos e práticas que tem diversos desafios a serem enfrentados, mas que pode, ao mesmo tempo, oferecer inúmeras contribuições em relação aos modos de produção, difusão e mediação do conhecimento histórico na contemporaneidade. Conforme demonstrado, as mudanças tecnológicas associadas à era digital têm imposto aos historiadores desafios teórico-metodológicos que, embora não sejam inteiramente novos e não coloquem em xeque os fundamentos epistemológicos da disciplina, demandam experimentações e readequações nas metodologias da pesquisa histórica, sendo fundamentais, para tanto, conhecimentos provenientes de outras áreas disciplinares. Além disso, foram evidenciados também os desafios que se impõem aos praticantes de uma história pública digital diante dos fenômenos

das *fake news*, da pós-verdade e do negacionismo histórico, os quais apontam para a importância da atuação dos historiadores na esfera pública das mídias digitais, especialmente no que diz respeito ao combate a ser travado contra as diversas tentativas de falseamento da realidade histórica. Por isso, a defesa que se fez aqui da história digital partiu da premissa de que ela é imprescindível para a compreensão das experiências humanas nesta era da internet, bem como para ampliar e tornar ainda mais plural o campo do conhecimento histórico.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Apresentação. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 7-15.

ARENDT, Hannah. Verdade e política. In: **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016, p. 167-191.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra. In: **História e historiadores**. Lisboa, Teorema, 1998, p. 177-198.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à História**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 5, p. 165-188, 2014.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 35-53, set. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/transversos.2016.25602>>. Acesso em: 23 maio 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CERUZZI, Paul E. **A history of modern computing**. 2. ed. Cambridge: Mass. & London, The MIT Press, 2003.

Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet
Giliard da Silva Prado

CHRISTOFOLETTI, Rogério; TRICHES, Guilherme L. Interesse público no jornalismo: uma justificativa moral codificada. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 484-503, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/17588>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. **Digital history: a guide to gathering, preserving and presenting the past in the Web**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

DAHLGREN, Peter. The internet, public spheres and political communication: dispersion and deliberation. **Political Communication**, n. 22, p. 147-162, 2005.

DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

EIROA, Matilde. El pasado en el presente: el conocimiento historiográfico en las fuentes digitales. **Ayer: Revista de Historia Contemporánea**, n. 110, p. 83-109, jul./dic. 2018.

FICKERS, Andreas. Towards a new digital historicism? Doing History in the age of abundance. **Journal of European Television History and Culture**, vol. 1, n. 1, p. 19-26, 2012. Disponível em: <<https://www.viewjournal.eu/articles/abstract/10.18146/2213-0969.2012.jethc004/>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

FLÓREZ, Jairo Antonio Melo. Historia digital: la memoria en el archivo infinito. **Historia Crítica**, Bogotá, n. 43, p. 82-103, ene./abr. 2011.

GALLINI, Stefania; NOIRET, Serge. La historia digital en la era del Web 2.0: introducción al dossier Historia digital. **Historia Crítica**, Bogotá, n. 43, p. 16-37, ene./abr. 2011.

GRUZINSKI, Serge. **¿Para qué sirve la historia?** Madrid: Alianza Editorial, 2018.

HEIMBURGUER, Franziska; RUIZ, Émilien. Faire de l'histoire à l'ère numérique: retour d'expériences. **Revue de l'Histoire Moderne et Contemporaine**, n. 58-4, p. 70-89, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa, 1789-1848**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet
Giliard da Silva Prado

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LACAVALA, Juan Andrés Bresciano. La heurística digital y el estudio histórico de los procesos de globalización. **Historia Crítica**, Bogotá, n. 43, p. 104-127, ene./abr. 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas-SP: UNICAMP, 2003.

LUCCHESI, Anita. Histórias no ciberespaço: viagens sem mapas, sem referências e sem parapeiros no território incógnito da web. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, n. 6, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2624/2256>>. Acesso em: 08 out. 2019.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NOIRET, Serge. História pública digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

NORA, Pierre. L'ère de la commémoration. In: NORA, Pierre. (dir.). **Les lieux de mémoire** (Les France). V. 3. Paris: Gallimard, 1997, p. 4687-4719.

O'REILLY, Tim. What is Web 2.0? Design patterns and business models for the next generation of software. **Communications & Strategies**, n. 65, 2007, p. 17-37. Disponível em: <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/4578/1/MPRA_paper_4578.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

OXFORD Languages. **Word of the Year 2016**. Oxford: Oxford University Press. Disponível em: <<https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PONS, Anacleto. Archivos y documentos en la era digital. **Historia y Comunicación Social**, Madrid, v. 22, n. 2, p. 283-296, 2017.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet
Giliard da Silva Prado

RODRIGUES, Icles. História no YouTube: relato de experiência e possibilidades para o futuro. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (Org.). **História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 73-92.

ROSENZWEIG, Roy. **Clio wired: the future of the past in the digital age**. Columbia University Press, 2011.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286-309, jan./mar. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5965/2175180310232018286>>. Acesso em: 23 maio 2021.

SCHAFER, Valérie; THIERRY, Benjamin. L'ogre et la toile. Le rendez-vous de l'histoire et des archives du web. **Socio**, n. 4, p. 75-95, 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/socio/1337>>. Acesso em: 09 abr. 2019.